

GRUPO DE TRABALHO: MODOS DE VIDA, AFETIVIDADES E TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM

Sabrina Campos Costa¹

A cidade é um grande organismo vivo, onde as pessoas podem mais facilmente acessar oportunidades. É o lugar da diferença, do encontro, da inventividade e da criação. Na cidade, os grupos sociais se relacionam e disputam pela sobrevivência e legado, podendo ser analisada pela ecologia (Corrêa 2004). A Sessão de Comunicações “Modos de vida, afetividades e transformações na paisagem”, sob minha coordenação, teve o intuito de abranger as perspectivas de paisagem para além das perspectivas habituais dos estudos do espaço urbano.

De temas bastante abrangentes, as comunicações foram de questões mais conhecidas – como o uso turístico de imóveis históricos, a educação patrimonial associada à arqueologia – a outras possibilidades mais inovadoras – a exemplo da arquitetura da loucura, e de como as relações humanas mediadas pelos rios urbanos ou pela moda refletem um tempo histórico.

Atendendo às demandas de refuncionalização do presente, a paisagem, por força da lei, torna-se objeto de estudo da arqueologia. No artigo “O Porto Futuro contando as histórias do Porto do Passado”, de Anna Barbara da Sila, Tallyta Suenny da Silva, Wagner Fernando da Veiga e Diego Fonseca, a paisagem às margens da baía do Guajará se apresenta em suas transformações desde o século XVII. Sua principal ocupação remonta à época de aterramento da praia para construção do Porto do Pará, especialmente a partir do século XX. Atualmente o

¹ Bacharel em Turismo (UFPA), gestora empresarial (UNAMA), especialista em Planejamento e Marketing Turístico (UNAMA) e em arqueologia (UFPA), cientista social (UNAMA), mestranda em antropologia com ênfase em arqueologia (UFPA/2017). É técnica em Gestão Cultural do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da Secretaria de Estado de Cultura.
E-mail: belamazonia@yahoo.com.br.



empreendimento Belém Porto visa tornar parte da antiga zona portuária da cidade em um grande parque para o lazer urbano.

A comunicação “Turismo no Centro Histórico de Belém: A experiência no Solar Barão do Guajará”, de Jonathan Nunes, Evelyn Cristina Barros e Vânia Lúcia Nascimento abordou o imóvel tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, localizado no centro histórico de Belém e no conjunto de edificações, em torno da Praça D. Pedro II, transformadas em instituições públicas, como museus, sedes do poder executivo, legislativo e judiciário. O imóvel, de três pavimentos e adornado com azulejos, é um exemplar colonial que reúne influências portuguesas, neoclássicas, ecléticas e mouras, e vem ganhando reconhecimento do seu valor turístico, para além do seu funcionamento administrativo como Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

Uma Cronista e sua “Sensibilidade *Paisageira*”, de Maria de Nazaré Trindade, é um passeio pelas narrativas sobre a cidade em duas obras da escritora Eneida de Moraes. Em *Aruanda e Banho de Cheiro*, Eneida desvela, através de suas memórias e inflexões, as paisagens de uma Belém do início do século passado, uma cidade de poéticas e ao mesmo tempo de mazelas sociais. Uma paisagem cultural e de identidade, cujas sensações fornecem uma criação imagética da cidade; cidade esta que envelhece e perde sua dignidade, assim como a autora, que a ela retorna em sua velhice. Mais do que autobiográfica, portanto, a paisagem na obra de Eneida de Moraes é de cunho político.

Voltando à área da arqueologia, o artigo “Entre Cacos de Cerâmica e Flores: As Paisagens no Sítio Macurany, Amazônia”, de Clarice Bianchezzi, traz, a partir do sítio arqueológico Macurany, formado por Terra Preta de Índio e é localizado na cidade de Parintins, no Amazonas. Seu debate se direciona para as significações que uma paisagem adquire com a convivência de longa duração com populações locais, que, como em muitos locais da Amazônia, experiência, subsistência, sensações e afetos tornam a paisagem cotidiana, e entrelaçada com as biografias de seus habitantes.

Os rios urbanos foram o tema da ação relatada na comunicação “Da Preocupação de um Abandono de um Rio a uma Ação Educativa de Preservação: O Caso do Tucunduba” por Alba Lins, Helena do Socorro Quadros, Lúcia das Graças da Silva e Mícela Valentim. O rio Tucunduba, antes piscoso, tem sua população proveniente de estados do nordeste e do interior do Pará, e vem sendo ocupado desde a década de 1960, reunindo, em cinco bairros da capital, índices preocupantes de concentração populacional, construções informais e falta de acesso à água potável, saneamento básico e coleta de resíduos sólidos. A proposta de intervenção urbana do poder público, em torno de uma macrodrenagem e abertura de vias de circulação, tem sido conflituosa e assim a sociedade civil organizada, juntamente com instituições de pesquisa, igrejas e escolas têm procurado fortalecer uma rede de cooperação com ribeirinhos da cidade em torno da limpeza, saneamento, ajardinamento e arborização do rio Tucunduba.

Com o título “O Papel (Invisível) dos Povos da Várzea na Gestão Metropolitana das Cidades Amazônicas”, Arleisson Furo e Claudia Helena Nascimento mostram como as capitais Belém e Manaus romperam com o desenho medieval e, a partir da *Belle Époque*, promoveram



intervenções urbanas inovadoras e inspiradas no ideário de Haussmann. Se avançada e moderna em determinados aspectos, estas políticas, desde a época áurea da borracha, notadamente conduziram a um higienismo social, pois aos pobres e migrantes restava a exclusão e ocupação de terras ao longo de rios e várzeas. Este segmento social conseguiu manter suas tradições e modos de vida e constituem, ainda na atualidade, um grande desafio para uma cidade mais justa e de direitos – o que preveem documentos como o Estatuto das Cidades e o Estatuto das Metrôpoles.

“Muros, Grades e Cadeados: A Arquitetura da Loucura na Perspectiva Arqueológica”, de Aline Wanessa da Silva e Flávia Zell trouxe a pertinente indagação do que é a loucura no meio social. A loucura vem sendo tratada desde a concepção de algo parte da natureza humana, no século XV, aos períodos de seu entendimento na ordem social e da política, a partir do século XVI, com confinamento para vigilância e punição; no século seguinte, com a psiquiatria, era categorizada como patologia; somente no século passado ganhou o olhar dos direitos humanos. Estes indivíduos, mesmo com novos modelos de assistência, permanecem em contato com memórias de uma arquitetura de confinamento, como no caso da República Terapêutica de Passagem, pelas autoras pesquisada, e permanece em aberto a questão de como oferecer, mais do que um lugar de sofrimento, um espaço e arquitetura que proporcione autonomia, e relações sociais que remetam ao acolhimento de um lar.

Encerrando a Sessão de Comunicações, o artigo “Moda, Consumo e Modus Vivendi: Sociabilidades Femininas em Belém (1910-1930)”, de Rui Martins, demonstra como a Belém da virada do século XX desenvolve uma moda de emancipação feminina, de inspiração parisiense, que trouxe ao clima equatorial elementos como luvas, chapéus e casacos que mudam não apenas a aparência, levam sobretudo à ideia de uma modernidade em que o aparecimento em público ganha destaque. A indumentária, portanto, indicava a revolução da mentalidade da mulher, cosmopolita, de pais ou maridos prósperos. Destacando-se na sua posição social e distinguindo-se de outros grupos, a moda passou a ser preocupação do comércio local e da moral das famílias, cuja prática de “ostentação” se manteve na vida ativa e no direcionamento da propaganda de moda, mesmo em uma Belém em processo de desaceleração econômica.

Como organismo vivo, a cidade expande-se, retrai, preserva partes, destrói outras, se recria. Ela, como uma grande família humana, ganha ares e auras, vê seus filhos nascerem, crescerem, partirem; recebe outros filhos, fixa alguns, ama uns, invisibiliza outros. Mais do que harmonia, a sua diversidade pode oferecer diferentes formas de ocupação e adaptação, diálogo, convivência.

Referências

Corrêa, R. L. 2004. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática.

